



Mulheres camponesas, desenvolvimento territorial e agroecologia *Farm women, territorial development and agroecology*

PEQUENO, M.L.N¹; MELLO, A.C.R²; LOPES, P.R³.

¹ UFPR, mayrapequeno@ufpr.br; ² ana.mello@ufpr.br; ³ paulolopes@ufpr.br.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo-temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: O presente trabalho se trata de um estudo que busca sistematizar as relações entre mulheres camponesas, o desenvolvimento e seus desdobramentos - o territorial, o sustentável, o regional/local, o ecológico, o rural - e a agroecologia. A metodologia de estado do conhecimento foi construída a partir da seleção de artigos sobre mulheres camponesas e agroecologia relacionados ao desenvolvimento dos territórios, utilizando-se o Google Acadêmico e Scielo. Realizando um recorte para análise aprofundada dos artigos foi possível construir um mapa conceitual que sistematiza as *ameaças, desafios, conquistas e potencialidades* no que diz respeito à construção de territórios agroecológicos em que as mulheres camponesas são construtoras e garantidoras de direitos para a dignidade e o bem viver.

Palavras-chave: mulheres; direitos; território; bem viver.

Introdução

O presente trabalho se trata de um estudo que busca sistematizar as relações entre mulheres camponesas, desenvolvimento e seus desdobramentos - o territorial, o sustentável, o regional/local, o ecológico, o rural - e a agroecologia.

Configura-se, nesse sentido, a partir da perspectiva de gênero, uma vez que a considera como ferramenta indispensável para pensar e tecer processos de *territorialização cotidiana*, as interações sociais/naturais que territorializam o espaço (SAQUET, 2007), movimento no qual as mulheres camponesas, entendidas como sujeitas de direitos, protagonizam em suas lutas os princípios da agroecologia na construção e desenvolvimento de seus territórios (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). O problema trabalhado, por sua vez, é o da *desigualdade de gênero no campo* e sua sobreposição a um modelo amplo e democrático de *bem viver*.

Como demonstra Elisabeth Cardoso (2020) em sua pesquisa sobre as cadernetas agroecológicas, as mulheres camponesas são responsáveis não apenas pelo trabalho *reprodutivo* como pelos cuidados dos filhos e por tudo aquilo que diz respeito ao *oikos*, ao espaço privado, mas, sobretudo, pelo *trabalho produtivo*,



aquele que diz respeito às relações comerciais, tendenciosamente relacionado aos homens e categorizado como *ajuda* nas sociedades capitalistas e patriarcais quando executado por mulheres, uma expropriação do trabalho dessas sujeitas.

Na medida em que são responsáveis pela produção da unidade familiar camponesa, produzindo alimentos não apenas para o auto sustento da família, mas também para a venda, troca e doação - *trabalho comunitário* (LISBOA; LUSA, 2010) -, as mulheres camponesas ocupam um espaço na agricultura familiar que deve ser reconhecido para além da unidade familiar e assegurado por direitos, pois são elas, não o agronegócio, que colocam comida na mesa dos brasileiros e brasileiras, que conservam os rios, os solos, as sementes, os ecossistemas e a sociobiodiversidade, práxis estruturante de todo projeto fidedignamente comprometido com o desenvolvimento dos territórios.

À vista disso, a contribuição dessa sistematização é nutrir diálogos, que já vêm sendo tecidos na agroecologia, sobre o que se torna mais distante quando a desigualdade de gênero no campo impera, uma necessidade no contexto da farsa da CPI do MST, do esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Originários e da cassação da palavra de mulheres *parlamentares* que, como bem diz Célia Xakriabá, são construtoras, defensoras e caçadoras de direitos

Metodologia

Consiste em estudo de *estado do conhecimento* (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.40) e foi construída a partir da seleção de cinco artigos sobre mulheres camponesas, desenvolvimento e seus desdobramentos (territorial, sustentável, rural, local/regional, ecológico) relacionados/envolvidos pela agroecologia.

Foram escolhidos bancos de dados de cobertura geoespacial global e latino-americana, respectivamente, Google Acadêmico e Scielo. As palavras *mulheres*, *feminismo* e *gênero* foram combinadas com cada um dos desdobramentos do desenvolvimento.¹

¹ No Google Acadêmico e Scielo, os desdobramentos do desenvolvimento - sustentável, territorial, regional/local, rural e ecológico - combinados com a palavra *mulheres* apresentaram os seguintes números: 215,000; 148,000; 474,000; 314,000; 5, 410; 13; 5; 43; 42 e 0. Uma média de 115,651 artigos. Combinados com a palavra *feminismo* apresentaram: 21,300; 25,100; 54,800; 36,400; 795; 2; 0; 3; 1 e 0. Uma média de 13,840 artigos. Combinados com a palavra *gênero* apresentaram: 237,000; 116,000; 336,000; 237,000; 5,170; 16; 5; 51; 43 e 0. Uma média de 93,128 artigos. Chama-se a atenção para o fato de que o termo *desenvolvimento ecológico* combinado com as palavras *mulheres*, *feminismo* e *gênero*, respectivamente no Google Acadêmico e Scielo, apresentou pouco e nenhum resultado.

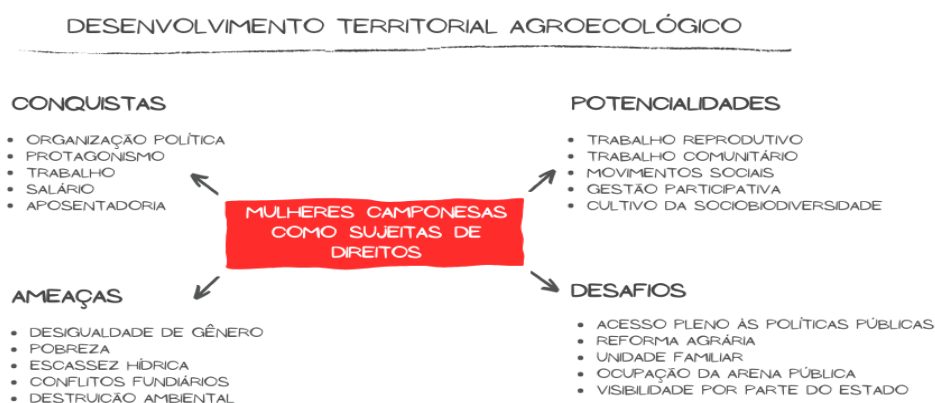


A partir dos resultados foi realizada a leitura de dez resumos dos quais os cinco mais enfocados no *protagonismo das mulheres* foram selecionados: *Desenvolvimento Sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural* (LISBOA; LUSA, 2010); *Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial* (GODOI; AGUIAR, 2018); *Desenvolvimento Regional na perspectiva de gênero* (PARENTE, 2012); *Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade* (NOGUEIRA; TONELI, 2016) e *A perspectiva de gênero na construção da sustentabilidade* (LAGOS et al., 2014).

Resultados e discussão

Depois de realizada a leitura completa dos trabalhos selecionados, observou-se que o debate do desenvolvimento e seus desdobramentos em destaque entre os trabalhos é sobre a *construção coletiva de territórios agroecológicos nos quais as mulheres camponesas são protagonistas enquanto sujeitas de direito*. O desenvolvimento territorial, nesse sentido, foi se colocando como um desdobramento e uma síntese, na medida em que um território desenvolvido implica a sustentabilidade, a integração ecológica humano/natureza, a articulação local/regional e o empoderamento feminino no campo.

Mediante isso, elaborou-se um mapa conceitual (MACHADO, CARVALHO, 2020), visando a sistematização dos artigos e da relação entre mulheres camponesas, desenvolvimento e seus desdobramentos e a agroecologia. O mapa foi organizado em quatro categorias suleadoras, *Conquistas*, *Ameaças*, *Potencialidades* e *Desafios*, contendo, cada uma, cinco conceitos-chave comuns a todos os artigos estudados.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)



Em *Conquistas*, *organização política*, *protagonismo*, *trabalho*, *salário* e *aposentadoria*, foram conceitos elencados a partir de entrevistas com mulheres camponesas de movimentos e organizações políticas do Brasil, México e Cuba

(LISBOA; LUSA, 2010) que relatam como as trajetórias do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, Brasil), da Rede Nacional de Promotoras e Assessoras Rurais (REDPAR, México) e da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) potencializam seus territórios. Ao citarem a ex-parlamentar Teresinha Choinacki, uma das fundadoras do MMC, responsável pela aprovação do Salário Maternidade e da aposentadoria para mulheres do campo, os dados da FMC sobre uma Cuba de desigualdade de gênero apesar da revolução de 1959 e do MACAC e o estudo da REDPAR sobre a desigualdade e violência de gênero das mulheres camponesas indígenas, as autoras confirmam o *locus* social dessas mulheres: o de sujeitas feministas caçadoras do direito de integrar a arena do *zoon politikon* e *parlar*.

Em *Ameaças*, os conceitos *desigualdade de gênero*, *pobreza*, *escassez hídrica*, *conflitos fundiários* e *destruição ambiental*, são demonstrados na construção do reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no estado do Tocantins, entre 1998 e 2002 (PARENTE, 2012). A usina protagonizou, ironicamente, um “projeto de desenvolvimento regional” incentivado pelo Estado. Com extensão de 170 km, regiões de sete municípios foram impactadas pelo empreendimento, gerando destruição ambiental e expropriação de terras de diversas famílias. As mais afetadas foram as mulheres, uma vez que não foram consultadas e informadas sobre os impactos que sofreriam, não conseguindo se organizar e, porque, afetadas pela escassez hídrica e pela desestruturação sócio-econômica, passaram a experienciar a dupla e, muitas vezes, tripla jornada de trabalho (PARENTE, 2012): o oposto do que verdadeiramente deve se propor um projeto de desenvolvimento regional.

Potencialidades reuniu *trabalho reprodutivo*, *trabalho comunitário*, *movimentos sociais*, *gestão participativa* e *cultivo da sociobiodiversidade*. Histórica e injustamente inscritas no lugar do *não trabalho* (FEDERICI, 2017), analisou-se que as mulheres, especificamente as camponesas, são as que mais trabalham, uma vez que transitam nas três dimensões do trabalho, a saber, o reprodutivo, o produtivo e o comunitário (NOGUEIRA; TONELI, 2016). Esse trânsito, rotineiramente interpelado pela fantasmagoria do mito da ajuda (LISBOA; LUSA, 2010), realiza-se sob a égide do *cuidado*, valor entendido como aquilo que compreende as necessidades de um grupo e constrói direitos qualificadores da *zoé*, tornando-a *bíos*, a vida que se retira do *oikos* e se lavra na *polis*, o espaço da democracia que os movimentos sociais, associações, cooperativas e coletivos populares reivindicam mediante a práxis da



gestão participativa, metodologia erigida no cerne das lutas por *bem viver* em que a importância das mulheres camponesas se revela na “[...] concepção e implantação de planos e projetos ambientalistas”. (LAGOS *et al.*, 2014, p. 4), ou seja, a luta das mulheres camponesas é cuidado por seus territórios.

Desafios somou *acesso pleno às políticas públicas, reforma agrária, unidade familiar, ocupação da arena pública e visibilidade por parte do Estado*. Acerca da plenitude do acesso aos direitos e sua implementação, Godoi e Aguiar (2018) evidenciam as fragilidades de gênero em políticas públicas para o campo. No Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003 para o desenvolvimento de infra-estrutura em *territórios rurais*, observou-se que embora as mulheres “[...] apresentassem um grau significativo de participação nos territórios, essa participação não se reproduzia automaticamente em sua presença nas instâncias dos Territórios da Cidadania”. (BUTTO *apud* GODOI; AGUIAR, 2018, p. 22.). À semelhança, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “[...] funciona em patamar de desigualdade para com os homens [...]” (LISBOA; LUSA, 2010, p.9), exemplificando como o modelo familiar *à la pater familias* - portanto, machista - subalterna mulheres, ao passo que sua superação é de interesse civilizatório caso se deseje que a humanidade, a natureza e toda vida se desenvolvam e continuem a existir.

Considerações finais

A partir da sistematização dos artigos, observou-se que a *territorialização cotidiana* de que fala Saquet se manifesta no que se pode chamar de *desenvolvimento territorial agroecológico*, pois ao reivindicarem direitos que constituem os princípios da agroecologia de que falam Caporal e Costabeber, as mulheres camponesas alavancam o desenvolvimento de seus territórios. Portanto, diante dessa constatação, fica evidente não apenas a necessidade de enfrentar a desigualdade de gênero e lutar para que essas mulheres sejam reconhecidas como sujeitas de direitos, mas também de compreender que enquanto não forem devidamente inscritas na vida qualificada, aquela de quem *para*, não haverá desenvolvimento territorial, agroecologia e nem um projeto de mundo para sonhar, caminhar e reconstruir.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; MOREIRA, Sarah. A revolução silenciosa dos quintais agroecológicos das mulheres. **Anais** do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em:



<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/4>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: **MDA/SAF/DATER-IICA**, 2004. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação. São Paulo: Elefante, 2017.

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento regional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520007>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

LISBOA, Teresa Kleba., LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México, Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, set/dez, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300013>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

LAGOS, Marcia Beraldo; LAGOS, Frank Silvano; MELLO, Nilvânia Aparecida; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A perspectiva de gênero na construção da sustentabilidade. **Cadernos de gênero & tecnologia**, Paraná, v. 8, n. 31/32, p. 62-73, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v8n31/32.6114>. Acesso em: 06 de março de 2023.

MACHADO, Cristiane Tolentino; CARVALHO, Ana Amélia. Mapa conceitual como ferramenta de aprendizagem no ensino superior. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 35, n. 110, p. 187-201, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/230>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

NOGUEIRA, Rita de Cássia Maciazeki Gomes e Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, Brasil, v. 28, n. 1, p. 1115-124, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p115>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

PARENTE, Temis Gomes. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. São Paulo: **Projeto História**, São Paulo, v. 45, n. 45, p. 269-284, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15015>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

ROMANOWSKI, J.P.; ENS, R.T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.



SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1253>. Acesso em: 26 de junho de 2023.